

**Circular nº 20/2014***23 de Abril de 2014***Assunto: Nova Regulamentação SCE**

Caros Associados,

Na sequência das Circulares Informativas n.º 29/2013, de 2 de Dezembro e 30/2013, de 4 de Dezembro, a propósito da nova regulamentação em vigor relativa ao desempenho energético dos edifícios, justifica-se trazer ao conhecimento dos Associados o pacote legislativo integral do novo Sistema de Certificação Energética em vigor.

São no seu conjunto dezoito (18) diplomas, a saber:

**Decreto-Lei n.º 118/2013**

Transpõe a Directiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios, revogou o pacote legislativo anterior que introduziu em Portugal o Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior em Edifícios. Este diploma aprovou o novo Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, integrando ainda os novos Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços.

**Lei n.º 58/2013**

Aprova os requisitos de acesso e de exercício da actividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de Março, que transpõe a Directiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais.

**Portaria n.º 349-A/2013**

Introduz um conjunto de parametrizações, utilizando para o efeito cinco anexos que dela fazem parte integrante. Assim, o Anexo I regulamenta as competências da entidade gestora do SCE. O Anexo II regulamenta as actividades dos técnicos do SCE. O Anexo III estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão. O Anexo IV fixa as taxas de registo no SCE. Finalmente, o Anexo V estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do PQ.

**Portaria n.º 349-B/2013**

Define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção. O Anexo constante da presente portaria e que dela faz parte integrante estabelece os referidos requisitos.

**Portaria n.º 349-C/2013**

Estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização.

**Portaria n.º 349-D/2013**

Estabelece os requisitos de concepção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes.

**Portaria n.º 353-A/2013**

No desenvolvimento do Decreto-Lei n.º 118/2013, vem determinar os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de protecção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respectiva metodologia de avaliação.

**Portaria n.º 66/2014**

No desenvolvimento da Lei n.º 58/2013, vem definir o sistema de avaliação dos referidos técnicos, bem como os requisitos para a certificação das entidades formadoras de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, os quais constituem adaptações ao regime jurídico de certificação para acesso e exercício da actividade de formação profissional, aprovado pela Portaria n.º 851/2010, de 6 de Setembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 208/2013, de 26 de Junho.

**Despacho n.º 15793-C/2013**

Procede à publicação dos modelos associados aos diferentes tipos de pré-certificado e certificado do sistema de certificação energética (SCE) a emitir para os edifícios novos, sujeitos a grande intervenção e existente.

**Despacho n.º 15793-D/2013**

Estabelece os factores de conversão entre energia útil e energia primária a utilizar na determinação das necessidades nominais anuais de energia primária.

**Despacho n.º 15793-E/2013**

Estabelece as regras de simplificação a utilizar nos edifícios sujeitos a grandes intervenções, bem como existentes.

**Despacho n.º 15793-F/2013**

Procede à publicação dos parâmetros para o zonamento climático e respectivos dados.

**Despacho n.º 15793-G/2013**

Procede à publicação dos elementos mínimos a incluir no procedimento de ensaio e recepção das instalações e dos elementos mínimos a incluir no plano de manutenção (PM) e respectiva terminologia.

**Despacho n.º 15793-H/2013**

Estabelece as regras de quantificação e contabilização do contributo de sistemas para aproveitamento de fontes de energia de fontes de energia renováveis, de acordo com o tipo de sistema.

**Despacho n.º 15793-I/2013**

Estabelece as metodologias de cálculo para determinar as necessidades nominais anuais de energia útil para aquecimento e arrefecimento ambiente, as necessidades nominais de energia útil para a produção de águas quentes sanitárias (AQS) e as necessidades nominais anuais globais de energia primária.

**Despacho n.º 15793-J/2013**

Procede à publicação das regras de determinação da classe energética.

**Despacho n.º 15793-K/2013**

Publicação dos parâmetros térmicos para o cálculo dos valores que integram o presente despacho.

**Despacho n.º 15793-L/2013**

Procede à publicação da metodologia de apuramento da viabilidade económica da utilização ou adopção de determinada medida de eficiência energética, prevista no âmbito de um plano de racionalização energética.

Com os melhores cumprimentos,

A Direcção da APIRAC